

## **A PRODUÇÃO DA CIDADE COM JUSTIÇA SOCIAL: POR UMA PERSPECTIVA UTÓPICA**

**Alvaro Ferreira**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro-FEBF  
alvaro\_ferreira@puc-rio.br

### **A produção da cidade com justiça social: por uma perspectiva utópica (Resumo)**

Houve várias utopias na produção das cidades através dos tempos; priorizaremos a análise do atual momento, em que nos vemos balizados pela metropolização do espaço. Nosso objetivo é analisar, utopicamente, a construção de possibilidades para além do que existe, com o fim de produzir a cidade com mais justiça social. Em se tratando de uma perspectiva utópica, permitir-nos-emos discorrer sobre ferramentas políticas e de gestão existentes, mas também e principalmente de outras possibilidades, que remetem, talvez, a um impossível possível. Para tanto, traremos para o debate as noções de autodeterminação, autogoverno, autoemancipação e autogestão.

**Palavras-chave:** produção da cidade, justiça social, utopia, autogestão.

### **The production of the city with social justice: utopian perspective (Abstract)**

There were several utopias in the production of cities. We will prioritize the analysis of the present moment, in which we see the metropolisation of space. We will analyze, in a utopian vein, the construction of possibilities beyond what exists, in order to produce the city with social justice. In the case of a utopian perspective, we will discuss existing policies and management tools, but also and especially the other possibilities, referring perhaps to an impossible possible. Therefore, we will bring to the debate the notions of self-government, self-emancipation and self-management.

**Keywords:** production of the city, social justice, utopia, self-management.

A produção da cidade, desde muito tempo, se faz como instrumento de viabilização do momento histórico da sociedade; fato facilmente explicável, pois o espaço é produzido socialmente. Assim, se não restam dúvidas de que a cidade é um produto social, isso não se dá sem tensões. Há forte jogo de poder envolvido, em que os diferentes atores sociais procuram impor o seu modelo.

Houve, no decorrer dos tempos, várias utopias na produção das cidades; entretanto, priorizaremos a análise do atual momento, em que nos vemos balizados pela metropolização do espaço. Nosso objetivo é analisar, utopicamente, a construção de possibilidades para além do que existe, com o fim de produzir a cidade com mais justiça social. Em se tratando de uma perspectiva utópica, permitir-nos-emos discorrer sobre

ferramentas políticas e de gestão existentes, mas também e principalmente de outras possibilidades, que remetem, talvez, a um impossível possível.

A expressão “impossível possível” se coloca neste debate justamente pelo significado da palavra utopia. Em inúmeros dicionários os significados são bastante parecidos, todavia tomamos a liberdade de trazer as definições do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Segundo essa obra, “utopia” vem do grego *ou*, que significa não, e *topos*, que se refere a lugar; e trata-se de uma palavra forjada por Thomas More (1477-1535) para nomear uma ilha ideal em “A Utopia”. A partir disso, a palavra utopia passou a significar qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade; modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente. Contudo, outra definição é encontrada no mesmo dicionário: sistema ou plano que parece irrealizável, fantasia, quimera, sonho.

Talvez por isso, grande parte dos chamados projetos utópicos tenham sido vistos ou tratados como impossíveis, e aqueles que falavam de um projeto de produção de uma outra cidade, de outro projeto social que escapasse da lógica que vem gerindo a humanidade há tempos, fossem vistos como utopistas e suas propostas passavam a ser desde logo desqualificadas. Afinal, aquilo era imediatamente classificado como sonho, fantasia; logo, impossível.

Mas por que temos que a pensar apenas como impossível? Devemos recordar as palavras de Eduardo Galeano, quando afirmou que “a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”<sup>1</sup>.

Pensamos também que devemos continuar a caminhar, buscando algo diferente e melhor. Há tempos, Boaventura de Sousa Santos acredita que o caminho é a utopia, pois se trata da “exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar”<sup>2</sup>. Se assim for, para imaginarmos algo diferente, precisamos compreender profundamente a realidade, do contrário corremos o risco de não mudarmos efetivamente o estado de coisas atual. Isto é importante, pois temos visto alguns membros da academia defendendo o exercício da prática em detrimento da teoria; não é desejável isolar um ou outro.

É preciso arriscar. É preciso acreditar nas ideias. Sartre dizia que uma ideia, antes de ser efetivamente realizada, se parece estranhamente com a utopia. Por isso, no decorrer desta reflexão exercitaremos o ato de lançar ideias ainda não realizadas; talvez porque, como afirma Santos, o que é importante na utopia “é o que nela não é utópico”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Galeano, 2004.

<sup>2</sup> Santos, 1997, p. 323.

<sup>3</sup> 1997, p. 324.

## **A metropolização como marca do momento atual: compreender para transformar**

Ao se falar em metropolização do espaço devemos, de imediato, remeter-nos a alguns fatos que darão sentido à análise a ser efetuada. O primeiro é a consideração de que o fenômeno urbano, ligado à industrialização e à aglomeração (complexos urbano-industriais), marca das décadas anteriores à atual, vem dando lugar ao fenômeno metropolitano, ligado à desconcentração e à “explosão” da metrópole, isto é, à difusão dos códigos metropolitanos, num sentido amplo dessa imagem, num espaço muito além dos limites das regiões metropolitanas oficialmente delimitadas. O segundo fato refere-se à consideração de que diversos outros processos espaciais estarão afetados por essa transformação de urbano para metropolitano. Essas manifestações podem ser percebidas nas novas formas de gestão em que o lugar e as chamadas intervenções localizadas (e em parcerias público-privadas) ganham ênfase, em detrimento de intervenções mais centralizadas, com um papel mais direcionador do poder público.

A metropolização incorpora algumas características anteriores e desenvolve outras. Trata-se, por exemplo, como nos lembra Sandra Lencioni, da grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento das atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e administração, da cada vez maior utilização de tecnologias de informação e comunicação, da grande variedade de atividades econômicas com maior concentração de serviços de ordem superior, da exacerbação da associação entre o capital financeiro, promotores imobiliários e da indústria da construção, da produção de um modo de viver e de consumo que se espelha no perfil da metrópole (Lencioni, 2006 e 2013<sup>4</sup>; Ferreira 2014<sup>5</sup>; 2013a<sup>6</sup>; 2011<sup>7</sup> e Rua, 2013<sup>8</sup>).

A metropolização do espaço não se restringe, pois, às regiões metropolitanas, já que incorpora as cidades médias, as pequenas e o chamado “mundo” rural, hoje muito transformado e incorporando urbanidades. A dinâmica do processo de metropolização tem contribuído para a transformação do mercado do solo urbano, que passa por intensa valorização, elevando os preços a números nunca antes imaginados. Percebe-se, então, a importância da propriedade privada do solo como “condição indispensável à produção imobiliária formal”, como lembra Lencioni<sup>9</sup>. Tal elevação de preços faz com que as construtoras busquem áreas mais distantes para construção, incorporando novas áreas à lógica de mercado da metrópole; fato que obriga os moradores a realizarem grandes deslocamentos diariamente. Isso acaba por estender a área urbana indefinidamente, comprometendo inclusive o rural, integrado cada vez mais a esse processo especulativo. Para falar desse espraiamento exacerbado da malha urbana, inúmeros autores passaram

---

<sup>4</sup> Lencioni, 2013.

<sup>5</sup> Ferreira, 2014.

<sup>6</sup> Ferreira, 2013a.

<sup>7</sup> Ferreira, 2011.

<sup>8</sup> Rua, 2013.

<sup>9</sup> 2013, p. 29.

a referir-se à cidade difusa<sup>10</sup>, cidade dispersa<sup>11</sup>, cidade-região<sup>12</sup>, cidade ilimitada<sup>13</sup>, megacidade<sup>14</sup>, hipercidade<sup>15</sup>, etc.

As áreas de expansão e de investimentos nas cidades acabam sendo definidas pelos proprietários fundiários, pelas construtoras e pelos promotores imobiliários. O processo de metropolização tem, simultaneamente, levado ao adensamento de determinadas áreas, ao espraiamento da metrópole e às operações urbanas de renovação ou de revitalizações (como preferem alguns), que acabam por gerar forte gentrificação. Vivenciamos uma transformação que incorpora as dimensões econômica e social, em que grandes investimentos da esfera pública viabilizam a criação e/ou expansão das áreas centrais, articuladas à reprodução do capital financeiro, que produz segregação e apropriação desigual do espaço urbano.

No início do século XXI, percebemos que, cada vez mais, os governantes procuram construir uma marca para suas cidades; contudo, o “sucesso” de uma determinada cidade acaba provocando um movimento que objetiva copiar aquilo que teria dado certo, levando à homogeneização das formas-conteúdo, pois acreditam que assim atrairiam investidores. Contradição que aponta para uma espécie de urbanização banalizada e conseqüentemente para a banalização do espaço<sup>16</sup>.

Muitas cidades têm seguido as definições de uma política empreendedorista, investindo em infraestrutura ligada às atividades turísticas, muitas vezes aproveitando-se de eventos internacionais, como o fizeram Barcelona (Jogos Olímpicos, 1992 e o Fórum de las Culturas, 2004), Lisboa (Expo'98) ou Sevilha (Expo'92); o Rio de Janeiro vem seguindo o mesmo caminho: Jogos Pan-Americanos 2007, Copa do Mundo de Futebol 2014, Olimpíadas 2016.

Assim, agências multilaterais – BID, Banco Mundial, PNUD, Agência Habitat, dentre outras – e consultores internacionais acabam construindo ideários e modelos que afirmam que as cidades devem comportar-se como empresas e adotar uma postura vencedora em um mundo que é visto como um mercado em que cidades competem entre si<sup>17</sup>. Dessa forma, esse ideário defende que grandes projetos urbanos, recuperação de centros históricos, parcerias público-privadas e revitalizações fomentam a produtividade e competitividade da cidade, assegurando – graças à atração de investimentos, turistas e grandes eventos – uma inserção de sucesso no mundo globalizado. Além disso, surgem também como opção, a criação de parques associados a grandes projetos imobiliários de condomínios de alto poder aquisitivo. A parte do tecido urbano avaliada pelos empreendedores como degradada ou habitada por grupos sociais de baixo poder aquisitivo, como velhas áreas fabris e armazéns em antigas zonas

---

<sup>10</sup> Indovina (1990), Capel (2002, 2003).

<sup>11</sup> Monclús (1998).

<sup>12</sup> Lencioni (1994, 2006, 2013), Delgado (1998), Sambricio (1999), Téran (1999), dentre outros.

<sup>13</sup> Nel.lo (1998).

<sup>14</sup> Amplamente abordada por Sandra Lencioni na conferência de abertura do II Simpósio Internacional sobre Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais.

<sup>15</sup> Corboz (1995).

<sup>16</sup> Ferreira, 2013b.

<sup>17</sup> Vainer, 2000.

portuárias, tornam-se áreas potenciais para passar por refuncionalizações e para se transformarem em novos complexos de consumo. Nesse sentido, todo lugar acaba tornando-se uma cópia, em que surgem paisagens urbanas cada vez mais repetitivas que se descolam da própria realidade e história do lugar; é isso que se caracteriza como uma espécie de urbanização banalizada.

Grande parte dos projetos de revitalização que altera as características do lugar, criando novas fronteiras urbanas, acaba levando a processos de gentrificação, que de certa forma não deixa de ser uma forma de espoliação<sup>18</sup>.

O processo de metropolização imprime características metropolitanas ao espaço. Trata-se da alteração das estruturas pré-existentes, sendo esses espaços metrópoles ou não; ou seja, trata-se da transcendência das características metropolitanas a todo o espaço. Se o fenômeno urbano tomou o planeta, se se vive uma sociedade urbana (e não nos referimos aqui apenas ao domínio edificado), atualmente experimentamos um processo de metropolização do espaço<sup>19</sup>.

Além disso, vivemos, agora, um momento marcado pela desconcentração do setor produtivo tradicional, pelo desenvolvimento de novos ramos da economia e pela centralização do capital na metrópole<sup>20</sup>. Ademais, observamos a conformação de uma cidade difusa, que se expande desmesuradamente, dando novos conteúdos às antigas áreas rurais.

A esfera do consumo ganha proporções antes inimaginadas, provocando uma alteração profunda da cultura, que atinge todas as esferas da vida. Os hábitos culturais e os valores urbanos típicos da metrópole se difundem para além dela, chegando a todo o espaço, levando a uma mercadificação generalizada. Assim, o processo de metropolização do espaço chega a áreas cada vez mais distantes, difundindo a cultura urbana, os valores urbanos, as normas e práticas sociais dominantes da metrópole. Se em determinado momento pudemos falar, inclusive, em urbanidades no rural, talvez agora tenhamos de aprofundar ainda mais esse debate, já que, atualmente, objetiva-se o desenvolvimento de condições metropolitanas que viabilizem ainda mais a reprodução do capital.

Refletir sobre a metropolização do espaço implica considerar o espaço como política; e nesse sentido, acrescenta Lencioni, que esse fato “traz para a cena a prática política do fazer urbano e a utopia do direito à cidade. (...) É necessário pensar o possível conjunturalmente”. Tendo isso em mente, Lencioni acredita que assim “talvez possamos encontrar soluções ou encaminhamentos para um futuro em construção. Mesmo que essas soluções não sejam as ideais, ao menos devemos nos esforçar para que possam contribuir para demolir as falácias e as mazelas da produção capitalista do espaço nos dias atuais”<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Ferreira, 2013b.

<sup>19</sup> Ferreira, 2014, 2011.

<sup>20</sup> Lencioni, 1991.

<sup>21</sup> Lencione, 2013, p.32.

Não resta dúvida de que as estratégias de gestão territorial são também atingidas pelo processo de metropolização do espaço. Ao discuti-lo, percebemos políticas públicas bastante questionáveis em sua concepção, execução e em seus resultados; pensamos, então, em outras formas de gestão e planejamento; buscamos ao menos refletir acerca da possibilidade de criação de formas de autogestão.

### **Da gestão a partir do Estado à noção de autogestão**

Falar de gestão territorial deve implicar em lidar com múltiplos atores e agentes, múltiplas escalas de ação política e múltiplos papéis por eles representados. A seguir, sem maior aprofundamento, procuraremos apontar o movimento trilhado na execução das formas de planejamento e gestão territorial.

O planejamento foi pensado, há tempos, a partir de uma ótica tecnocrática. Do final do século XIX até aproximadamente 1940, foi possível identificar um plano, executado por sucessivos governos, de melhoramento e embelezamento das cidades.

Tendo em mente as duas maiores cidades do Brasil, no Rio de Janeiro o Plano Pereira Passos foi totalmente cumprido, já os Planos Agache (Rio de Janeiro) e Prestes Maia (São Paulo), propostos em torno dos anos 1930, foram parcialmente cumpridos, mais especificamente apenas em suas propostas viárias.

A questão habitacional cada vez mais se mostrava como problema fundamental. A atuação do BNH (Banco Nacional de Habitação), de 1964 a 1986, procurou trabalhar com dois grandes objetivos da política habitacional: alavancar o crescimento econômico através de efeitos multiplicadores gerados pela construção civil; e atender à demanda habitacional da população de baixa renda. Entretanto, apesar de ter havido um *boom* imobiliário, não contemplou efetivamente a população de baixa renda. Pôde-se observar o crescimento das favelas, dos loteamentos irregulares e de uma periferia em condições bastante precárias.

A partir de 1970, convive-se com o chamado “crescimento desordenado” e com a criação de programas alternativos que se baseavam na autoconstrução. Para dar conta do “caos urbano”, o planejamento foi tomado como solução, entretanto, os planos foram criados por especialistas distantes e pouco engajados na realidade social do lugar. Segundo Maricato<sup>22</sup>, essas ideias dissimulavam os conflitos e os verdadeiros motores desse “caos”.

Naquele período – e hoje não mudou muito – as obras de infraestrutura urbana alimentaram a especulação fundiária, e não a democratização do acesso à terra, visando à moradia. Houve um maior controle nas áreas mais nobres da cidade, inclusive tendo havido políticas de remoção de favelas, mas, nas áreas desvalorizadas para o mercado, a lei por vezes pôde ser transgredida. Assim, a gestão urbana e os investimentos públicos aprofundaram a concentração de renda e a desigualdade. Tal como se pode observar

---

<sup>22</sup> Maricato, 2000.

com o atual Programa Minha Casa Minha Vida, a especulação no que tange ao preço do solo urbano dificultou ainda mais o êxito dos programas habitacionais.

Os investimentos são feitos prioritariamente nas áreas nobres das cidades; nesse sentido, a cidade da elite definitivamente representa a cidade real<sup>23</sup>. Além de ocultar privilégios, isso possui um papel econômico ligado à geração da renda imobiliária.

No final da década de 1980, já livres do regime ditatorial militar, presenciamos forte mobilização popular, que acabou por promover o encontro e o diálogo entre as organizações dos movimentos populares, partidos políticos, entidades profissionais, sindicatos, ONGs e pesquisadores universitários, o que posteriormente contribuiu para a construção do debate acerca da necessidade de uma reforma urbana.

Embora esse debate tenha sido intenso, resultou em apenas um capítulo com dois parágrafos em nossa nova constituição. Fato é que nos anos 2000 esse capítulo torna-se fortalecido pelo Estatuto da Cidade, que tem no Plano Diretor elemento fundamental.

Nos anos 1990, ainda sobre a recente onda de mobilização, duras críticas são feitas às formas anteriores de planejamento e gestão, inclusive muitos defendiam o fim do planejamento urbano e regional. Atacou-se o planejamento por ser rígido, burocrático, muitas vezes excessivamente ambicioso e incapaz de organizar verdadeiramente a estrutura urbana, já que o fazia privilegiando os interesses da elite.

Alguns autores propõem o que denominaram “planejamento urbano alternativo”, que, ancorado na possibilidade de participação popular na produção do Plano Diretor, poderia mudar a maneira de planejar a cidade. Evidentemente, a margem de manobra não era radical, pois falava da necessidade de priorizar a função social da propriedade, e não em sua negação.

O planejamento urbano alternativo baseia-se na busca da justiça social, dessa maneira, preocupa-se com a melhor distribuição de investimentos públicos em infraestrutura, objetivando minimizar a segregação residencial. Mas a verdade é que da confecção da Nova Constituição Brasileira até a criação da lei que regulamenta os dois artigos acerca da reforma urbana (conhecida como Estatuto da Cidade) se passou muito tempo, algo em torno de 13 anos e isso acabou, de alguma forma, desmobilizando a população. Durante esse período, ganhou força uma forma de gestão que nega toda a lógica do planejamento urbano alternativo: o planejamento estratégico.

Através da elaboração de um Plano Estratégico, que tem origem na lógica empresarial e visa o lucro (e, nesse sentido, nada melhor do que convocar os empresários para fazê-lo) – as empresas têm planos estratégicos –, procura-se definir objetivos e políticas para conseguir acordos, coordenar as concessionárias privadas, dinamizar a economia e tornar as cidades competitivas em escala internacional. Contudo, essa lógica de planejamento e gestão não é facilmente desvelada, pois devido à propaganda e toda uma

---

<sup>23</sup> Maricato, 2000.

produção de *city marketing*, o que se faz em uma área restrita ganha ar de universal; ou seja, troca-se o todo pela parte.

Planos como esses têm produzido mundo afora projetos, revitalizações e obras espetaculares que se espelham (muitas vezes são cópias fiéis) em “modelos de sucesso”, o que tem produzido, como mencionamos anteriormente, mais do mesmo, ou seja, uma espécie de urbanização banalizada e mais do que isso, uma banalização do espaço<sup>24</sup>.

É preciso, mais uma vez, pensar em novas formas de planejamento, baseadas no diálogo e na participação democrática, pois como diz Capel, “não podemos deixar que sejam os técnicos que nos dirijam, que nos ponham diante do fato consumado. Temos que impor o diálogo, tornar explícitas nossas opções e pôr os técnicos a nosso serviço”<sup>25</sup>. Aqui, embora não seja isso necessariamente o que Horacio Capel propõe, valeria a pena pensarmos na ideia de autogestão.

Marx, na busca da verdadeira democracia, acreditava que era necessário opor à burocracia a alternativa da autogestão, à autoridade do Estado a autonomia dos indivíduos<sup>26</sup>. Chegar à verdadeira democracia, para Marx, significava caminhar para o desvanecimento do Estado (e nesse caso, necessariamente, para o fim do seu contraponto: a sociedade civil), o que levaria à constituição da comunidade.

Encaminhar-se-ia em direção a uma espécie de autogoverno, já que cada indivíduo governaria a si mesmo, assim, a comunidade como um todo se autogovernaria. Haveria funções sociais e administrativas que continuariam a ser exercidas, mas não mais como funções estatais. Marx referir-se-ia a elas como funções sociais análogas àquelas do Estado, mas não idênticas (nem coercitivas ou opressoras), pois se tornariam funções públicas<sup>27</sup>. Nesse sentido, sendo funções públicas, as funções governamentais transformar-se-iam em funções administrativas. Para Marx, assim, a autoridade estatal cederia lugar à autonomia individual, já que a repartição das funções gerais transformar-se-iam em algo tão rotineiro, que não confeririam qualquer autoridade.

A proposta de Marx, verdadeiramente, talvez até por não ter sido totalmente elaborada, nunca foi posta em prática, mas não nos resta dúvida que é bastante empolgante e inquietadora. Pensar que os cidadãos passam a ter várias atividades para vivenciar o ser político em plenitude, e também que a atividade dos homens à semelhança do que ocorre com a autodeterminação e o autogoverno (de si mesmo e, então, de todos) é que explica a autogestão é no mínimo um convite à ação. Com isso se alcançaria a possibilidade de conciliar as duas principais perspectivas na análise territorial: a mais funcional (que tem servido mais aos aparatos de controle) e a mais simbólica, que, se levada em consideração, oferece alternativas para formas de gestão mais democráticas e mais justas socialmente. As duas escalas – do espaço concebido e do espaço vivido – têm de ser conectadas em novas formas de (auto)gestão territorial, isto é, ligadas à vida no lugar.

---

<sup>24</sup> Ferreira, 2013b.

<sup>25</sup> Capel, 2003, p. 241.

<sup>26</sup> Marx, 2005.

<sup>27</sup> Marx, 2012.

Marx (2005), na obra *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, deixa inúmeras pistas e encaminhamentos sobre o que denominou de desvanecimento do Estado. Acreditava ele que o Estado desapareceria porque em seu lugar surgiria a verdadeira democracia, em que uma nova forma de organização política tomaria lugar. Marx falava-nos de um movimento simultâneo em que a sociedade civil ganharia força e aumentaria sua participação e o Estado, por sua vez, desvaneceria. Esse processo aconteceria justamente porque haveria um movimento de aproximação entre essas duas esferas, o que contribuiria para a dissolução de ambos: Estado e sociedade civil. Marx acreditava que somente existiria sociedade civil em contraposição ao Estado e este em contraposição àquela; assim, a dissolução de um leva sistematicamente à dissolução do outro, já que suas existências individuais são sustentadas pela sua relação de oposição. Acreditava ele, também, que a própria emancipação política dar-se-ia pela dissolução da antiga sociedade sob a qual repousa o Estado, porque se tratava da superação do Estado.

A ideia de revolução é parte integrante desta estrutura de pensamento, pois é um ato político com fim social, já que procura dissolver a velha ordem da sociedade e também o velho poder governante. Marx acreditava que o ser político somente teria autonomia e viveria seu sentido público, naquilo que denominou comunidade (um lugar que não é nem o do Estado e nem o da sociedade civil). E aqui, não se trata de pensar que após o fim da antiga sociedade haveria uma nova dominação de classe culminando em um novo poder político; seria outra coisa.

Estamos falando através de uma perspectiva utópica, e o que Marx afirmava era que a verdadeira ideia de abolição do Estado não poderia se apoiar no próprio Estado; o que haveria de surgir com o desvanecimento do Estado teria de ser algo novo. Dessa maneira, não se trata de mudar quem está no poder, ou remetendo-nos ao século XIX, à conquista do Estado pelo proletariado, e isso parece claro e cristalino quando Marx afirma que o problema dos levantes revolucionários tem sido o fato de não entender que para o Estado ter fim, é preciso que ele realmente deixe de existir<sup>28</sup>. Isso se exemplifica pelos próprios partidos de esquerda, que ao chegarem ao poder utilizaram-se do próprio aparato do Estado como a principal recompensa pela vitória. Acredita Marx que o fracasso das revoluções ocorreu exatamente porque ao invés de abolir o Estado, elas acabaram reforçando o Estado, mesmo que muitas vezes no intuito de melhorá-lo. Talvez, porque “o como fazer isso” não tenha sido totalmente desenvolvido por Marx, é que Engels tenha desenvolvido uma construção mais instrumental, que não condiz com a proposta original de Marx, tornando-se o primeiro vulgarizador de suas ideias.

A ideia do fim do Estado em Marx está intimamente ligada à autonomia, que encontra-se ligada à autodeterminação e ao autogoverno. A cientista política Thamy Pogrebinschi, procurando desenvolver tal inter-relação, afirma que a “ideia de autoridade esvazia-se, deixa de ter sentido, pois não há espaço para ela quando o que se tem é um estado de coisas no qual a comunidade em si se autogoverna porque cada uma de suas partes componentes, os homens, também se governam”<sup>29</sup>. A partir de então é possível entender porque a autora afirma que “o autogoverno das comunidades que Marx vislumbra como aquilo que sucederá ao fim do Estado consiste, assim, em uma

---

<sup>28</sup> Marx, 2006.

<sup>29</sup> Pogrebinschi, 2009, p. 75.

espécie de autogoverno do autogoverno dos homens”. Não há como pensar em transformação da forma de gestão sem pensar em mudanças sociais e econômicas, e também na construção de novos espaços de debates. Isto porque Marx acreditava que a superação do Estado e da sociedade civil se daria através da constituição da comunidade, já ela que traz em si tanto o Estado como a sociedade civil, mas simultaneamente elimina ambos. A comunidade em seu conteúdo não é nenhum deles, embora em sua forma ela possa ser os dois.

A comunidade seria uma nova forma de organização da sociedade, dos seres políticos. Marx colocava o ser político em contraposição à política instituída. Acreditava ele que a implementação desse projeto levaria à redução das funções ligadas a um governo central, porque a luta da comunidade deveria ser contra o Estado (afim de sua superação) e, portanto, a valorização da autonomia e dos lugares levaria à certa descentralização. Assim, cada vez mais a ideia de verdadeira democracia, desenvolvida por Marx em meados dos anos de 1840, aproxima-se da ideia de comunidade, mais desenvolvida em seus escritos do início de 1870, inspirado pela Comuna de Paris.

Se a utopia é o novo, aquilo que ainda não existe, as reflexões de Marx vão ao encontro do novo; do impossível possível, se verdadeiramente considerado como horizonte a ser alcançado. Assim, ao pensar no rompimento com o Estado, a forma política propiciada pela formação da comunidade surge do novo, e partir daí a verdadeira democracia juntamente com a emancipação humana se encontrariam e se realizariam naquilo que Marx chamou de comunismo.

Evidentemente, estamos falando de algo que não se realizou (ainda). Quando falamos da superação do Estado, referimo-nos ao conceito de Estado moderno e de sua forma de organização, inclusive a maneira como se dá o agir político. Não se trata de fazer uma revolução para transferir o poder de uma fração de classes governantes para outra, mas para derrubar a maquinaria da própria dominação de classe<sup>30</sup>. Para Marx, o Estado precisava existir, justamente para percebermos que ele não funcionava e precisava ser superado. É a partir desta consideração que Pogrebinschi afirma que “a comunidade é o antiestado e, ao mesmo tempo, o pós-Estado. Ela ganha existência quando o Estado deixa de existir, e só quando ele deixa de existir”<sup>31</sup>. Por isso, mesmo sem se valer dos instrumentos do Estado, a comunidade nasceria de sua ruína; o que corrobora com o discurso de Marx (2011), quando afirmava que a sociedade comunista surgiria da própria sociedade capitalista. Isso porque não acreditava que Estado e democracia combinassem.

Na utopia que vai em direção a uma sociedade comunista, não resta dúvida que existiriam funções de governo (até porque Marx nunca imaginou que no comunismo não houvesse governo), mas partia da ideia de um autogoverno e não de um governo que partisse do Estado; tratar-se-iam de funções sociais.

A chegada ao momento da sociedade comunista dar-se-ia através de uma revolução, que para Marx, diferentemente dos anarquistas, não se daria pontualmente, em um curto

---

<sup>30</sup> Marx, 2011.

<sup>31</sup> 2009, p. 167.

prazo; a revolução é um processo, eis aí o movimento que levaria ao desvanecimento do Estado. Na sociedade comunista, a liberdade seria característica fundamental e se daria como realização da emancipação humana, e nesse sentido, a cientista política Thamy Pogrebinschi acredita que “a liberdade que se tem na comunidade existe precisamente por causa da comunidade e significa exatamente ser membro dela. O indivíduo é livre na exata medida em que é membro de uma comunidade livre. Liberdade significa liberdade na comunidade”. E a autora segue afirmando que “associados, na forma de comunidade, os homens, livres, podem agora realizar suas ‘necessidades mais elevadas’: é chegada a hora da democracia. Ou melhor, encontrado seu lugar, é chegado o momento do político: a verdadeira democracia”<sup>32</sup>.

Ao que parece, o fortalecimento do ser político se daria e, simultaneamente, levaria à superação do Estado, assim chegaríamos ao sentido da verdadeira democracia. Marx acreditava que a democracia teria seu fundamento nas noções de autodeterminação e autogoverno, escapando, assim, da alienação.

Nada disso é simples, e o tamanho restrito deste artigo não nos permite aprofundar o debate de maneira necessária, entretanto convém esclarecer que a noção de autodeterminação tem um caráter coletivo, de compartilhamento de pensamentos e de ações. Trata-se da determinação de si, mas também, ao mesmo tempo, da sociedade; ou seja, é simultaneamente determinação singular e coletiva, individual e do povo, já que o ser individual e a comunidade se inter-relacionam formando um singular coletivo. O todo e as partes são autoconstituintes. Por isso é factível falarmos em autodeterminação no sentido em que a determinação de um influencia a determinação do outro, o que leva Pogrebinschi a afirmar que “a associação faz com que os indivíduos formem com a comunidade um múltiplo uno”<sup>33</sup>.

A cidadania torna-se prática democrática dos seres humanos através de sua própria forma de constituição política; ou seja, todas as ações são ações políticas, e, lembra-nos Pogrebinschi, “todas as atividades individuais passam a ter um sentido público, dizem respeito à gestão coletiva da comunidade”<sup>34</sup>. E aqui, aproximamo-nos da ideia de autogoverno, pois se cada indivíduo se governa, ele está simultaneamente governando a comunidade, visto que a ação individual é sempre uma ação pública e com objetivos políticos. A participação ganha com Marx uma outra dimensão, pois com a revalorização do homem como ser político, o exercício da verdadeira democracia levamos a outro patamar.

A participação torna-se algo “natural” para o ser político e, por isso, não lhe confere qualquer poder superior ou de soberano. Marx critica fortemente as instituições hierárquicas fundadas no saber dos especialistas, por isso é compreensível percebermos sua crítica à burocracia e a sua defesa da autogestão. Dessa maneira, aquilo que seriam funções governamentais transforma-se em funções administrativas, levando Marx a acreditar que a repartição das funções gerais torna-se tão rotineira, que não confere qualquer autoridade. Logo, melhor seria falar em atividade do que em funções, pois é

---

<sup>32</sup> Pogrebinschi, 2009, p. 198.

<sup>33</sup> 2009, p. 222.

<sup>34</sup> 2009, p. 224.

exatamente a atividade do ser político que explicaria a autogestão, assim como o faz em relação ao autogoverno e a autodeterminação. Ou seja, Marx apresenta uma visão radical (no sentido de ir à raiz da questão) quando constrói sua noção de verdadeira democracia, visto que não aceita mediações e eleva a participação a outro patamar, pois nela os atores sociais não apenas tomam parte, eles, através da sua atividade, constituem a própria democracia.

Propostas desafiadoras! Aqui chegamos a uma encruzilhada; tínhamos duas definições de utopia: aquela que passou a significar qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade; modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente; ou a outra definição que diz se tratar de um sistema ou plano que parece irrealizável, fantasia, quimera, sonho. Acreditamos que vale a pena lutar pelo impossível possível do qual nos falava Henri Lefebvre, nesse sentido importa resgatar a ideia de que a revolução é um processo<sup>35</sup>.

### **De uma construção utópica para o que há...**

Não se trata de um rompimento total e imediato com o que há instantaneamente. Esse tipo de rompimento, atualmente, só se dá no âmbito do discurso de determinados atores sociais que ao satisfazerem-se apenas com os aplausos de seu discurso (obviamente dependendo da plateia), colaboram com a manutenção do posterior imobilismo, pois ao final do evento todos retornam a suas casas e continuam a (sobre)viver da mesma maneira. Devemos, então, utilizar-nos de todas as possibilidades para transformar o estado de coisas atual.

O que se construiu até então não se encontra fora do âmbito da sociedade capitalista, então, conforme procuramos deixar claro anteriormente, não há rompimento com o Estado. Mas devemos lembrar que Marx falava em processo e que isso se daria através do desvanecimento do Estado; a partir daqui trataremos de mostrar o que se tem feito e proposto mirando a justiça social. Talvez tais encaminhamentos possam contribuir para o início do processo de dissolução a que Marx fez menção há cerca de 170 anos.

Há, no âmbito legal, um aparato de normas e leis que, se bem apropriadas pela população, podem colaborar para a melhoria do dia a dia do cidadão em sua busca por justiça social. Plano Diretor, Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole, todos podem e devem ser utilizados pelos cidadãos para lutar por melhorias das condições de vida nas cidades. Mas não devemos desconsiderar outras possibilidades, não devemos ter no horizonte apenas o que já existe.

O direito à cidade é mais do que um habitat, é o direito a habitar. O habitat liga-se à morfologia urbana, mas o habitar é uma atividade; referimo-nos à apropriação. Habitar é apropriar-se de algo, o que é bastante diferente de tê-lo como propriedade. Significa fazer do espaço sua obra, modelá-lo, apropriar-se dele. Mas é também o lugar dos

---

<sup>35</sup> Lefebvre, 1991, Lefebvre, 2001.

conflitos, porque o espaço é um produto social; mas é também “produtor”, já que as formas construídas interferem no cotidiano da sociedade. A produção do espaço traz consigo uma intencionalidade, por isso é o lugar dos conflitos. É preciso questionar a forma como ele é produzido e buscar fazê-lo de outra maneira, com outros objetivos que não priorizem a especulação e a dominação do espaço. Em outras palavras: para mudar a vida é preciso mudar o espaço, é preciso questionar a propriedade privada do solo, é preciso valorizar o espaço público e lutar por ele e contra o movimento dos condomínios fechados, das ruas fechadas. Porque, como afirma Lefebvre “excluir do urbano grupos, classes, indivíduos implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade”<sup>36</sup>.

O habitar transcende a moradia, pois significa viver a cidade em toda sua intensidade e complexidade. Significa acesso à educação, à saúde, ao lazer e a todas as possibilidades que o espaço urbano de uma grande metrópole pode oferecer. A um sistema de transporte coletivo digno e eficiente, que permita a locomoção da população sem ter que se sujeitar a viagens de mais de duas horas, sem um sistema sério de bilhete único e refém de empresas de ônibus que prestam serviços precários principalmente para a população mais pobre. Significa investir em um sistema de transporte que permita tirar da rua um volume cada vez maior de automóveis, que contribuem para o aumento dos engarrafamentos e para a poluição do ar. É preciso que os moradores que vivem em condições de moradia precária, muitas vezes em favelas em áreas de risco, tenham trabalho. É preciso criar cursos profissionalizantes sérios para essas pessoas, além de criar espaços para o exercício de suas profissões nos imóveis destinados a essa população. Não podemos prescindir dos pequenos comércios, pois são eles que dão possibilidade de fixação aos moradores, além de, evidentemente, postos de saúde, escolas e serviços de modo geral. Assim, estaríamos começando a deixar de tomar medidas apenas emergenciais e passando a pensar em ações de curto e longo prazo. Fácil? Não, mas factíveis.

O projeto Porto Maravilha, como procuramos deixar claro em várias outras obras<sup>37</sup>, da forma como está contribuirá para a “expulsão” da população residente e de baixa renda da zona portuária, já que as intervenções urbanísticas propostas levarão à atração de mais investimentos públicos e privados que, ao valorizar muito aquela área, inviabilizarão a permanência da população mais pobre. O que se espera com o projeto é o desenvolvimento de equipamentos culturais, de entretenimento e de gastronomia para a atração de turistas e visitantes, além de prédios de escritórios vinculados à gestão de negócios globalizados, ao *marketing* e design de produtos, que segundo as expectativas dos governantes alçaria a capital carioca a um novo patamar no *ranking* global entre as cidades. Aqui, mais uma vez a utilização do Estatuto da Cidade pode contribuir para minimizar esse problema, pois temos dois itens importantes que poderiam ser utilizados: o estudo de impacto de vizinhança e a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O estudo de impacto de vizinhança cumpre o papel de mediação entre os interesses privados dos empreendedores e dos moradores e usuários (para utilizar a expressão de Henri Lefebvre) do lugar, colaborando para dar voz à população diretamente afetada pelos impactos dos grandes empreendimentos. Por sua

<sup>36</sup> Lefebvre, 2008.

<sup>37</sup> Ferreira, 2015; Ferreira, 2014, Ferreira, 2013a, Ferreira, 2013b, Ferreira, 2011, Ferreira, 2010.

vez, as ZEIS correspondem a partes do zoneamento da cidade que são destinadas à construção de moradias populares, podendo referir-se a prédios ou áreas vazias, ou subutilizados.

Outras áreas da cidade também poderiam ser utilizadas, como, por exemplo, o bairro de São Cristóvão, que foi muito afetado pelos impactos negativos decorrentes de várias intervenções ligadas à infraestrutura de transportes; foram linhas ferroviárias e metroviárias, viadutos, elevados, Avenida Brasil e Ponte Rio-Niterói. Em São Cristóvão encontramos diversas edificações desocupadas, sejam de médio ou pequeno porte, visto que inúmeros galpões de antigas fábricas encontram-se abandonados. Há também áreas de tamanho bastante considerável destinadas à atividade militar.

Mas na própria Zona Sul da cidade há terrenos disponíveis que poderiam ser utilizados para a construção de habitações populares, como é o caso dos terrenos do metrô. Foi, inclusive, noticiado que o governo do estado do Rio de Janeiro preparava-se para vender 73 terrenos remanescentes das obras do metrô e que o dinheiro seria usado para financiar a expansão para a Barra da Tijuca. Esses terrenos seriam uma ótima oportunidade para começar a construir um *mix* de classes sociais pelos bairros da cidade, pois a opção por colocar a população pobre nas periferias ou empurrá-las para as favelas acaba gerando investimentos diferenciados nos lugares. Ou seja, áreas habitadas pela população de renda mais elevada recebem muito mais investimentos do que aquelas habitadas pela classe mais pobre.

A cidade é para ser vivida em plenitude por todos os cidadãos, assim é necessário articular arte, cultura, comunicação e direcionamento político para realizar a verdadeira transformação do espaço urbano; em outras palavras, é necessário ultrapassar o momento atual – da cidade como produto, comercializável – e restituir o sentido da cidade enquanto obra, produzida no cotidiano pelas pessoas, pelas diferenças e não pela mercadoria. Ou seja, estaríamos caminhando para a retomada, pela sociedade, da definição de seu destino, para uma espécie de autogestão. Se por um lado os usuários do espaço urbano podem alienar-se pelas representações do espaço, como no projeto de mercadificação da cidade, na produção do espaço voltado ao turismo; por outro lado, podem se apropriar dela de outra maneira, a partir de uma miríade de possibilidades – inclusive como espaço de reivindicações – e vivê-la como o lugar do encontro, da festa, das manifestações culturais espontâneas dos moradores. Entendemos assim, porque Lefebvre acreditava que a apropriação e o uso do espaço podem persistir nos espaços de representação, abrindo a possibilidade de pensarmos na construção de um espaço diferencial<sup>38</sup>, visto como resistência e como potencialidade, como “uma iniciativa utópica alternativa para o espaço existente atualmente”<sup>39</sup>.

Indicar o que é possível exige que se entre no terreno das opções políticas, mas importa não perder o compromisso com a esfera que ultrapassa as escolhas imediatas. A utopia envolve, simultaneamente, as limitadas escolhas do imediato e as possibilidades ilimitadas do futuro. Importa romper com a força que a tecnocracia tem ao empreender

---

<sup>38</sup>É possível relacionarmos esse debate à noção de heterotopia desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault (1986; 1981).

<sup>39</sup> Lefebvre, 1994.

seus projetos e propostas, pois o conhecimento técnico desprendido da abertura para ouvir os cidadãos de nada vale. O Estado tem sempre prescindido da participação dos interessados. É necessário fazer-se ouvir, mostrar aos políticos e aos tecnocratas aquilo que verdadeiramente interessa à população. O direito à cidade não se refere a uma espécie de direito contratual, que se realiza apenas pelo Estado. Participação não significa reunir algumas dezenas ou centenas de pessoas e apresentar-lhes um projeto de intervenções urbanas ou apresentar-lhes o que será realizado. Isso definitivamente não é participação; é praticamente apenas uma forma de publicidade em duplo sentido: a primeira ao apresentar as propostas do governo, e a segunda, no sentido de fazer crer que o governo implementa a participação popular.

A verdadeira participação deve partir da população e deve ser ativa e constante; não deve esmorecer quando da conquista dos primeiros resultados, ao contrário, isso deve significar que é possível transformar e então esse é o momento de reavaliar os resultados e lutar por novas conquistas. Feito assim, estaremos no caminho a que Marx fez referência, no caminho de um futuro impossível possível.

É preciso partir dessa percepção, pois temos observado a aceitação passiva, por boa parte da sociedade, do discurso e conteúdo da modernização: privatização dos serviços coletivos, transformação dos modos de vida, aceleração da compressão espaço-tempo etc. Contudo, como nos lembra Ribeiro, essa é apenas “uma das possibilidades abertas pela nova frente modernizadora, correlata a tendências observadas nos países centrais”<sup>40</sup>. Importa valorizar a história única da sociedade brasileira e, obviamente, isso não significa que nossa cultura não contenha traços – inclusive fortes – de outras culturas. Talvez seja por isso que a socióloga acredite que existam “atos a serem reconhecidos e valorizados e, ainda, vozes a serem ouvidas e inscritas na formulação dos futuros possíveis”. Se, atualmente, é impossível não ser influenciado por acontecimentos externos ao cotidiano do lugar, é verdade também que cada indivíduo ou grupo social faz uma leitura do global que, de alguma forma, o diferencia de outro. Destarte, o Rio de Janeiro responde às influências externas que o integram ao mundo como um todo, a partir de suas singularidades que reforçam uma identidade do lugar.

A noção de uma única forma de desenvolvimento que nos é imposta – e o que é pior, aceita – faz com que olhemos para o espaço urbano como problema e não como questão, faz-nos percebê-lo como atrasado em relação a este ou aquele modelo e não como objeto de luta e de utopia. Isso é ruim, pois se há nesse olhar críticas sérias, há também, como nos mostra Ribeiro, “projetos de nova modernização mimética e, assim, de rápida imposição de modelos e práticas que impedem a verdadeira modelização de futuros possíveis”<sup>41</sup>. E, nesse sentido, é importante termos em conta que os espaços produzidos contribuem para a reprodução de modelos que atendem a interesses de grupos específicos e não à sociedade como um todo; o que não é novidade. Estamos criticando, sim, o discurso hegemônico de que determinado projeto será ótimo para a cidade; ou seja, o que envolve determinadas partes é “vendido” como bom para a totalidade.

---

<sup>40</sup> Ribeiro, 2000<sup>a</sup>, p. 240.

<sup>41</sup> 2000a, p. 242.

É a partir da vinculação entre o passado – com toda nossa historicidade – e o futuro – com o projeto utópico que almejamos – que poderemos construir as mudanças. Estamos, então, certos de que as espacialidades e temporalidades do cotidiano não se separam da dimensão do concreto e nesse sentido, como afirmamos anteriormente, devemos fugir do risco das reificações; senão estaremos caminhando na direção da naturalização das fraturas sociais, passando a ver como normais a segregação espacial e as enormes desigualdades na apropriação da cidade. É preciso lutar pelo direito à cidade em sentido amplo – que incorpora o direito à diferença e à informação – que deveria modificar, tornar mais concretos e práticos os direitos do cidadão, usuário de múltiplos serviços. Direito ao uso da centralidade, dos lugares privilegiados, em vez de se ver dispersados, rechaçados em locais segregados para trabalhadores, para imigrantes e para marginalizados. Nesse sentido, como nos lembra o economista Carlos Lessa, “o Rio idealizado como tendo dito 'não' à segregação foi uma invenção intelectual. Os bairros do Rio contêm todas as frações sociais, porém no interior de cada bairro existem simultaneamente a proximidade e a distância sociais<sup>42</sup>”.

Se escaparmos dessa naturalização, a percepção das fraturas sociais – que são também espaciais – podem contribuir para formação de movimentos de luta<sup>43</sup>. Estamos falando da luta pela apropriação do espaço a partir da busca de racionalidades alternativas. Escapar dessa armadilha é preciso, então, se falamos de uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, estamos falando de uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mas do que de uma produção de objetos.

### **Necessidades, sonhos, luta e utopia...**

Aqui, procuramos apresentar problemas, criticar ações tomadas pelos órgãos de governo, mas objetivamos também incentivar a mobilização da sociedade no intuito de transformar o estado de coisas atual, de levar adiante outros sonhos, novas possibilidades. Para tanto, não podemos aceitar o fato de que os projetos de revitalização – requalificação ou seja lá o nome que for usado – sejam sinônimos de exclusão da presença da população mais pobre. Assim, além das ações que propusemos anteriormente, torna-se imprescindível o estímulo à formulação e gestão participativa da sociedade na definição desses projetos; a preservação e conservação do patrimônio construído e cultural dessas áreas, melhorando a condição de vida dos antigos moradores; o reaproveitamento dos imóveis construídos nas áreas centrais, ao invés da tendência de espraiamento exacerbado da cidade; o desenvolvimento de uma política habitacional que tenha em conta a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados; o incentivo ao pequeno comércio e serviço como forma de apoiar a permanência e a inclusão da população de baixa renda que mora ou trabalha nessas áreas; a participação efetiva dos conselhos organizados pela sociedade civil e membros do governo na aprovação de diretrizes e estratégias, além de definir as prioridades para o desenvolvimento de políticas públicas para cada área de interesse; o incentivo à

---

<sup>42</sup> Lessa, 2001, p. 429.

<sup>43</sup> A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro tem desenvolvido importantes trabalhos ligados à teoria da ação, em que desenvolve bastante esta temática em inúmeros artigos e capítulos de livros, como os aqui referenciados.

retomada do importante papel das associações de moradores na identificação dos problemas e na definição das prioridades, além do mais importante: o incentivo à mobilização e conscientização da população acerca da importância de sua participação na definição do futuro de nossas cidades.

A participação da população é fundamental, porque os diversos grupos sociais têm distintos interesses – aliás, contraditórios – naquilo que deveria ser proposto para as diferentes áreas da cidade; referimo-nos aos proprietários imobiliários, industriais, comerciantes, promotores imobiliários e aos moradores das diversas classes sociais. Dessa maneira, a presença dos grupos mais vulneráveis – aqueles mais atingidos pelos efeitos da valorização imobiliária e pelo aumento de impostos – deve ter sua presença não apenas garantida, mas priorizada.

Estamos propondo uma transformação na maneira de pensar nossa rua, nosso bairro, nossa cidade, nosso país, o mundo... Mudando a forma de pensar o mundo, mudamos a nós mesmos e o mundo; portanto é preciso pensar em novas formas espaciais e de ação para pôr a transformação em curso. Somos seres políticos e como tal temos que saber lidar e ter em conta a existência de interesses de classes, poderes políticos, orquestrações de discursos e da própria opinião pública, todos mobilizados simultaneamente; faz-se necessário questionarmos acerca do que estaria por trás desses discursos, de quem ganha com isso. É preciso pensarmos para além do imediato e buscarmos estratégias de longo prazo, sem desmerecer o agora, e para isso vale lembrar que boa parte das normas sob as quais vivemos foram forjadas por grupos sociais que não representam a maioria da população.

Um importante ponto de partida para a construção desse movimento que pode ajudar-nos a construir novas possibilidades para a produção do espaço, através de ações de curto e longo prazo (e não apenas emergenciais), seria a luta pelo direito à cidade. Esta expressão acaba por unir a academia através de vários campos das ciências, como a Geografia, Sociologia, Ciência Política, Arquitetura, Direito, órgãos governamentais e a sociedade de forma geral. O direito à cidade não pode referir-se apenas a simples área construída, mas como o lugar da inclusão e da dinâmica cultural, construído a partir de uma miríade de individualidades, como espaço das diferenças, da multiplicidade de usos. Nesse sentido, vamos ao encontro do geógrafo espanhol Francesc Muñoz quando afirma que precisamos construir espaços que permitam, em definitivo, escapar de uma espécie de monocultura turística, da standardização da paisagem ou da elitização social<sup>44</sup>.

A luta pelo direito à cidade tem implícita em si a participação, que deve ter como objetivo não somente a participação, porque isso esvaziaria de conteúdo esse direito, tornando-o apenas um cumprimento formal. A participação é um meio para conseguir determinado objetivo e deve partir da própria população, pois como nos demonstra Fernando Pindado, se a intencionalidade da participação é simplesmente legitimar os órgãos de governo, estaremos perdendo uma oportunidade de aproveitar a energia cidadã para ajudar a transformar a realidade de nossas cidades, alcançando melhores

---

<sup>44</sup> Muñoz, 2008, 215.

condições de bem-estar e felicidade<sup>45</sup>.

Participar não se limita a opinar sobre um determinado projeto, supõe também a vontade de intervir na produção do espaço; a participação cidadã, como já vimos afirmando há mais de uma década, conecta a pessoa com a coisa pública e isso não deve acontecer apenas nos marcos institucionais do Estado, deve partir da sociedade organizada. E se tivermos em conta o que anteriormente trouxemos, a partir da interlocução com Karl Marx, acerca da participação, todas as atividades individuais passam a ter um sentido público, já que dizem respeito à gestão coletiva da comunidade. É preciso romper com o cotidiano a que somos submetidos.

É preciso construir propostas de mudanças nos processos de decisão, mas também relativas à construção de espaços – no sentido concreto mesmo – de diálogo e de decisões, visto que, de alguma maneira, nós produzimos o espaço que nos produz. Para tanto, é preciso pensarmos o espaço também como política; e nesse sentido, acrescenta Sandra Lencioni, que esse fato “traz para a cena a prática política do fazer urbano e a utopia do direito à cidade. (...) É necessário pensar o possível conjunturalmente”. Tendo isso em mente, Lencioni acredita que assim “talvez possamos encontrar soluções ou encaminhamentos para um futuro em construção. Mesmo que essas soluções não sejam as ideais, ao menos devemos nos esforçar para que possam contribuir para demolir as falácias e as mazelas da produção capitalista do espaço nos dias atuais”<sup>46</sup>.

Inúmeros exemplos de manifestação contra a maneira como estamos vivendo nosso cotidiano (segundo Lefebvre, um cotidiano programado) têm sido vistos mundo afora; alguns amplamente divulgados, outros nem tanto, mas todos importantes porque a partir da crítica da vida cotidiana lutam por algo diferente, por algo melhor... miram a utopia.

O Espaço Criarte na Ocupação Manoel Congo (do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM-RJ), a Rede de Resistência Solidária (Recife-PE), os Movimentos “Ocupa”, o Movimento Passe Livre, o Movimento Não Vai Ter Copa, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, até mesmo certo grupo de artistas de rua (organizados em torno da Rede Brasileira de Teatro de Rua) e tantas outras formas de mobilizações que temos acompanhado recentemente são exemplos de resistência e luta por algo novo.

O Espaço Criarte na Ocupação Manoel Congo nasceu a partir da preocupação dos militantes do MNLM com o desenvolvimento das crianças e adolescentes, com a necessidade de integrar educação popular e luta pela reforma urbana. O Espaço Criarte tornou-se, segundo Vasconcelos, um lugar “para pensar, propor e executar ações voltadas para as crianças e adolescentes das ocupações construídas pelo MNLM, e vinculada a essa necessidade está a construção e gestão coletiva da comunidade”<sup>47</sup>. Sendo assim, é possível compreendermos porque os envolvidos no Espaço Criarte acreditam que se trata de “uma experiência educacional para além da qualificação para a atividade laborativa, vincula-se a vida política, formando crianças para que se tornem politicamente conscientes da cidade em que vivem, do papel que cumprem e podem

---

<sup>45</sup> Pindado, 2008, p. 80.

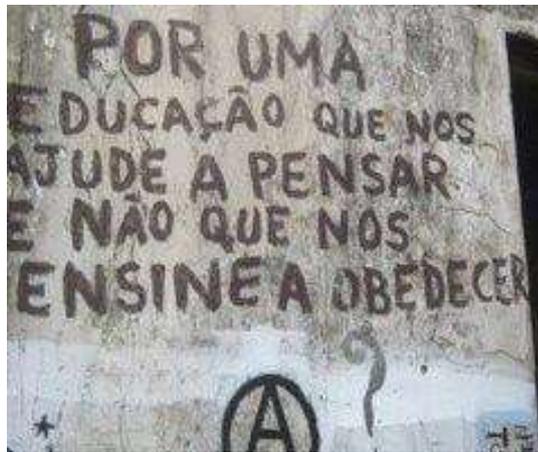
<sup>46</sup> Lencioni, 2013, p. 32.

<sup>47</sup> Vasconcelos, 2014.

cumprir na sociedade”, contribuindo assim para a possível transformação da lógica vigente.

A Rede de Resistência Solidária (Recife-PE) encontra-se no âmbito dos movimentos de resistência populares no contexto da urbanização contemporânea. Neste caso, esclarece-nos Martins que “a centralidade da periferia surge com base na força do lugar, e os grupos comunitários que fazem parte da Rede de Resistência Solidária constroem estratégias que visam a ruptura com a cotidianidade programada”<sup>48</sup>. Acrescenta ainda que, através dos eixos de ação, a Rede de Resistência Solidária propõe diálogos comunitários que colidem com as práticas espaciais urbanas que tentam homogeneizar, hierarquizar e fragmentar os espaços de construção das relações de solidariedade. Muitas vezes esses grupos transformam os muros da cidade em seus espaços de representação (Figura 1, Figura 2 e Figura 3).

**Figura 1. Luta pela desalienação**



Fonte: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/8111>>

**Figura 2. O mesmo texto foi pixado em maio de 1968 em Paris**



Fonte: <<http://zanzaerobert.blogspot.com.br/2013/09/viver-ou-existir.html>>

---

<sup>48</sup> Martins, 2009.

**Figura 3. Luta pela desalienação II**



Fonte: <<http://faixa-livre.blogspot.com.br/>>

Em 2011, presenciamos uma onda de mobilizações e protestos, que de certa maneira ganharam uma dimensão que lhes conferiu caráter global: norte do Continente Africano (Tunísia, Egito e Líbia), Europa (Espanha com os Indignados da Puerta del Sol, Portugal com a Geração à Rasca, Grécia com a ocupação da Praça Syntagma e Inglaterra – nos subúrbios londrinos), Chile, Rússia e, nos Estados Unidos, o *Occupy Wall Street* marcou fortemente o noticiário, mas não se resumiu àquele local, outras cidades tiveram seu *Occupy*. Essa mobilização desdobrou-se para várias cidades e chegou ao Brasil, mais especificamente ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Aliás, a ideia de que se tratava da luta de “nós, que somos os 99%, contra a riqueza e o poder de 1% da população mundial” aponta a luta contra a desigualdade social, e tem nesse mote um nexu aglutinador muito forte.

No Brasil, a partir de 2013, outros grupos surgem no cenário das manifestações, dentre eles temos o Movimento Passe Livre, o Movimento Não Vai Ter Copa e também o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas. Questionavam o aumento das passagens dos ônibus, mas ganham outra dimensão, chegando à crítica da precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, da corrupção generalizada, da política institucionalizada dos partidos políticos, enfim, clamavam pelo direito à cidade. Algumas das críticas desses grupos puderam ser vistas através da arte feita em grafite nos muros da cidade (Figura 4 e Figura 5).

**Figura 4. Grafite de Thiago Mundano refeito na Rua da Consolação, São Paulo, Brasil.**



Fonte: <<http://vilamundo.org.br/2014/08/prefeitura-vai-criar-manual-para-orientar-funcionarios-sobre-a-limpeza-de-grafites-e-pichacoes/>>

**Figura 5: Grafite dos Gêmeos: arte como crítica, em São Paulo, Brasil.**



Fonte: <<http://www.boladafoca.com/2014/03/comunicacao-em-grafite-e-pichacao.html>>

De forma geral, em todos se observou um mesmo padrão de ação, que se caracterizava pelo uso das redes sociais (em uma espécie de disseminação viral), pela ocupação de praças e por articulações que abdicavam do espaço e das instituições políticas tradicionais. Ou seja, tais mobilizações questionavam inclusive as estruturas político-partidárias e as organizações sindicais. Embora a organização inicial das mobilizações tenha ocorrido através do ciberespaço, a concretização se deu através da ocupação, da corporeidade, da união dos corpos no espaço público.

Mas isso não significa que a denominada “voz da rua” é uníssona. Era possível perceber elementos progressistas e de liberdade; mas, simultaneamente, de conservadorismo, brutalidade e de perfil extremamente reacionário. Ou seja, se a cidade é o lugar do encontro, da interação e de uma miríade de possibilidades de visões de mundo, é também o lugar das tensões, da segregação e intolerância.

Quando se pensa nas artes de rua, vale lembrar que tem raízes seculares, e, nesse sentido, o artista de rua traz consigo uma bagagem oriunda da tradição das artes populares. Moreaux<sup>49</sup> desenvolveu uma pesquisa bastante inovadora ao se utilizar da noção de ritmanálise, desenvolvida por Lefebvre<sup>50</sup>, para pensar a ação de artistas de rua. Acredita que as práticas de arte de rua permitem propor formas temporárias, com novos conteúdos, que questionam a própria maneira organizacional do espaço urbano. Assim, o ritmo, simultaneamente, imprime uma marca no artista e no público assistente; ou seja, essa impressão significa uma troca, que se traduz pela impressão de tempos sociais que estabelecem outros usos do espaço, que se realizam a partir desses momentos de encontro, de jogo e de festa.

O caráter fugaz dessas práticas, que apresentam grande diversidade, não significa que não possam ser impactantes, até porque constituem de alguma maneira uma outra espacialidade. Assim, as intervenções daqueles ligados às artes de rua têm a potencialidade de alterar os usos das formas espaciais, de desorganizar a anterior forma concebida, de se apropriar do espaço (ainda que apenas momentaneamente). É exatamente a partir dessa percepção, que acreditamos que tais intervenções abrem caminho para a tessitura de outras relações sociais, podendo abranger diferentemente as tramas do espaço. Moreaux (2013), refletindo sobre como se dá a própria relação espaço-tempo durante a atividade desenvolvida pelo artista de rua, acrescenta que um ritmo fugaz e intenso como as práticas de artes de rua, de alguma forma potencializa a suspensão do tempo rápido da grande cidade, e “isso se dirige, sobretudo, aos homens lentos, que podem ou sabem parar, e promove certa atitude que inicia outra relação com o espaço, visto relacionalmente”. Nesse sentido, o artista de rua mobiliza a capacidade de participação e de envolvimento do público, instaurando certo clima de festa, no limite da subversão, encarna desejos de liberdade e de união.

A Rede Brasileira de Teatro de Rua se articula em múltiplas escalas, trocando experiências e fortalecendo um amplo movimento que, fundamentalmente, tem a rua como palco. Em seu *site* é possível perceber que sua proposta é diferenciada, lê-se que o que pretendem “trata-se de uma disputa, não só de realizar uma arte diferente e que chega a todos sem distinção, mas que também intervém em como se deve pensar a cidade. Logo, ao se colocar no espaço aberto, todo artista deveria saber que disputa o imaginário das pessoas e uma concepção de cidade”. Em seguida, afirmam que “por tudo isso, fica claro que a luta é grande e deve ser anticapitalista”. Isso leva-nos a acreditar que seus membros têm como objetivo uma transformação mais ampla das relações sociais. O cotidiano programado – cada vez mais focado na sociedade do consumo – é interrompido por um evento (a arte de rua) imprevisto, que modifica (momentaneamente) as trajetórias de inúmeros transeuntes. Nesse sentido, resgatando a ideia dos sete teatros da ação rebelde<sup>51</sup>, poderíamos perceber as práticas de artes de rua como uma parte dos múltiplos teatros de ações que, paralelamente ao processo de metropolização - homogeneizador, fragmentador e hierarquizador – modificam nossa relação com o urbano.

---

<sup>49</sup> Moreaux, 2013.

<sup>50</sup> Lefebvre, 1992.

<sup>51</sup> Harvey, 2004.

Todos esses exemplos de insurgência têm um vigor bastante considerável, até porque, cada um a seu modo contribuiria para a impressão de ritmos singulares na polirritmia do espaço urbano. Todas essas práticas, de alguma maneira, tratam de restituir – seja pelo tempo que for – o sentido do urbano, contribuindo assim, através de inúmeras ações, para a reinvenção do ser político; o que significa ter em conta a autodeterminação, autonomia, autogoverno, autoemancipação e autogestão.

Certamente, muitas vezes, no cerne da luta insurgente encontra-se o desejo de conquistar o direito de estar “dentro do jogo” e não o desejo de “mudar o jogo”, de construir o novo; entretanto, acreditamos que isso pode se constituir no início ou em parte do processo de transformação.

### **Bibliografia**

CAPEL, Horacio. *Las tres chimeneas*. Volume III. Barcelona: FECSA, 1994.

CAPEL, Horacio. *La Cosmópolis y la ciudad*. Barcelona: del Serbal, 2003. 248p.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades: sociedade, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: del Serbal, 2002. 544p.

CORBOZ, André. L'ipercittá. *Urbanistica*. n.103, 1995.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: processos e dinâmicas. Uma introdução. In FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 15-32.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. XVIII, núm. 493 (55), 1 de noviembre de 2014, Universidad de Barcelona.

FERREIRA, Alvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões no espaço: por que falar em atores, agentes e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio; SILVA, Augusto César Pinheiro da (org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013a. p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. 2 ed. ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b. 323p.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FOUCAULT, Michel. Of other spaces. *Diacritics*, n. 16(1), 1986, p. 22-27.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. 4. ed. Rio de Janeiro: LP&M, 2004.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

INDOVINA, Franco. *La città difusa*. Veneza: Daest, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *Éléments de rythmanalyse: introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Syllepse, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da (org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013b, p. 17-34.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: sociedade e território. In: SILVA, Catia Antonia da et al. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 54-61.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo*. 1991. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 1991.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Uma reflexão em busca de auto-estima. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 121-188.

MARTINS, Ananda de Melo. *Rede de Resistência Solidária: resistência e cotidiano na luta pelo direito à cidade em Recife-PE*. 142f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UnB, 2009.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 5. Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREAUX, Michel Philippe. *Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade*. 175f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio, 2013.

MONCLÚS, Francisco Javier. Estrategias urbanísticas y crecimiento suburbano em las ciudades españolas: em caso de Barcelona. In: MONCLÚS, Francisco Javier (org.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.

MUÑOZ, Francesc. *Urbanización*. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

NELLO, Oriol. Los confines de la ciudad sin confines: estrutura urbana y límites administrativos em la ciudad difusa. In: MONCLÚS, Francisco Javier (org.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.

PINDADO, Fernando. *La participación ciudadana es la vida de las ciudades*. Barcelona: del Serbal, 2008.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. São Paulo: Boitempo, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Volume 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 99-111.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra*, n.09, p. 58-71, 2012.

RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra: continuando a reflexão. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MARAFON, Glaucio; SILVA, Augusto César Pinheiro da (org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 383-408.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TÉRAN TROYANO, Fernando de. *Madrid, Ciudad-Región*. Vol. II. Entre la ciudad y el territorio en la segunda mitad del siglo XX. Madrid: Madrid, 1999. 710p.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos;

MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VASCONCELOS, Vinícius Neves. *O espaço como produto, meio e condição para uma educação popular transformadora: a prática pedagógica do Espaço Criarte na Ocupação Manoel Congo – MNLM-RJ*. 137f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio, 2014.